

ACAMPAMENTOS RURAIS E SOBERANIA ALIMENTAR:

Distribuição e consumo de alimentos, a experiência do acampamento

Elizabeth Teixeira

Livia Murari Rocha¹

Resumo

Dado o enfraquecimento das políticas públicas de comercialização para o campo, um coletivo de agricultores do acampamento Elizabeth Teixeira iniciou, em cooperação com a sociedade civil, um processo de regionalização da alimentação. Como parte dessa iniciativa, um grupo de consumidores da cidade de Limeira tem se organizado para consumir semanalmente produtos da reforma agrária. O presente artigo tem por objetivo expor essas experiências de organização de produção e venda direta de alimentos através da criação de circuitos curtos de comercialização. Por meio de um acompanhamento participativo da produção, no acompanhamento das reuniões formativas junto aos agricultores e consumidores e do estudo das categorias de soberania alimentar e agroecologia, observa-se que a experiência tem gerado mudanças estruturais na manutenção da identidade camponesa em relação ao território e a resistência do acampamento e, portanto, da luta pela reforma agrária.

Palavras-chaves: circuitos curtos de comercialização, agroecologia, reforma agrária.

Introdução

A região metropolitana de Campinas e seu entorno vivenciam um contexto de desenvolvimento territorial com forte atuação de grandes corporações, processo no qual a urbanização tem um protagonismo. Nessas circunstâncias, agricultura camponesa e familiar se encontra cada vez mais invisibilizada e excluída pelas grandes redes supermercadistas. Como reação aos problemas gerados por esse processo, inúmeras iniciativas estão sendo criadas no sentido de propor alternativas de distribuição de alimentos agroecológicos e orgânicos, advindos da agricultura camponesa e familiar da região. São iniciativas entre pessoas que vivem nas cidades e camponeses frente ao mercado agroalimentar que controla e padroniza o consumo de alimentos. Essa movimentação em torno da produção, distribuição e consumo, a partir do que é chamado de “Circuitos Curtos de Comercialização”, tem modificado diversas relações sociais entre campo e cidade.

1 Mestranda em Geografia pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa: Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP. E-mail: murari.livia@gmail.com

O texto aqui apresentado é parte da pesquisa de pós-graduação em andamento e surge de inquietações advindas do acompanhamento sistemático das dificuldades no âmbito da comercialização de produtos agrícolas e seus desdobramentos em áreas de reforma agrária, sobretudo áreas em processo de regularização como os acampamentos rurais. Dialoga-se, particularmente, com a dinâmica de venda direta de produtos alimentícios do coletivo de produtores e produtoras do acampamento Elizabeth Teixeira, área da reforma agrária organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Caminhos para a Soberania Alimentar e o circuito local em Limeira

Sob o contexto da crise mundial do capitalismo e a demanda e oferta de alimentos, em 1996, a Via Campesina iniciou a leitura do conceito de Soberania Alimentar em sua II Conferência Internacional, realizada em Tlaxcala, no México. Desde então, a Soberania Alimentar, entendida como promoção alimentar e defesa dos meios de vida de camponeses e indígenas², tem sido uma das principais bandeiras da Via Campesina. Assim, sob o lema “o direito de acessar e produzir na terra”, a II conferência da Via Campesina cunha um dos principais termos em defesa do campesinato mundial em suas tradições e em defesa do meio ambiente (WITTMAN, 2010).

A proposta de Soberania Alimentar parte do princípio de que não haverá produção e distribuição de alimentos justa, se não houver uma distribuição equitativa de terras. A reforma agrária é um tema que nos custa muitas vidas e continua sendo a principal pauta para a Soberania Alimentar. Não haverá produção de alimentos saudáveis sem um modelo de desenvolvimento que seja socialmente e politicamente a favor dos povos do campo.

Para a efetivação da Soberania Alimentar é necessário um processo radical de reforma agrária global. O conceito também implica a defesa das condições locais de cada país e região e foca na capacidade de proporcionar aos camponeses e indígenas o acesso aos recursos produtivos, principalmente à terra e a água. Assim como proporcionar a autonomia na gestão desses meios produtivos e a interlocução com a sociedade para produção e distribuição de alimentos (ROSSET, 2007).

2 No caso do Brasil, podemos citar a diversidade dos atores do campo, como os quilombolas, as quebradeiras de coco babaçu, os ribeirinhas e entre outros.

Partindo desse mesmo princípio da Soberania Alimentar e também da Agroecologia, por meio do edital 039/2014 do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi desenvolvido um projeto de extensão pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (Feagri), intitulado “Transição agroecológica da agricultura familiar na região de Campinas (SP): a práxis do ensino, pesquisa e extensão na rede de agroecologia da Unicamp”. O projeto foi estruturado em diversos eixos de atuação e, entre eles, o de distribuição de alimentos e comercialização, denominado “Organização e ações coletivas na agricultura familiar para processos de comercialização em circuitos curtos e certificação participativa”. Destinada a duas áreas de reforma agrária na região de Campinas, outra ação, denominada “Organização e empoderamento de agricultoras e agricultores para comercialização e redes locais de consumo”, teve como objetivo incentivar processo de venda direta a partir da articulação da relação campo-cidade.

Com o enfraquecimento das políticas públicas de distribuição de produtos agrícolas advindos da agricultura familiar e camponesa, muitos assentados e acampados da reforma agrária se desestabilizaram por conta das dificuldades de comercialização. Vale ressaltar aqui a perversidade do sistema corporativo de produção e distribuição de alimentos em nível global, que dominam as cadeias de produção e distribuição de alimentos. Grandes redes do mercado globalizado controlam parte do abastecimento de produtos alimentícios em escala mundial, o que pode ser verificado nas teorias dos “Regimes Alimentares” de Mc.Michael e dos “Impérios Alimentares” de Van der Ploeg.

Tendo em vista essa dominação territorial do mercado de alimentos, apostamos enquanto coletivo de extensionistas conjuntamente com os agricultores e agricultoras do acampamento, na criação de “Circuitos Curtos de Comercialização” como alternativa de venda de alimentos frente ao mercado globalizado. Vale ressaltar que a experiência aqui apresentada deve ser considerada pelo ponto de vista da correlação de forças em relação a estrutura capitalista, alicerçada no neoliberalismo, porém, não menos importante do ponto de vista da emancipação e autonomia camponesa.

Concordamos, ao falar de Canais Curtos de Comercialização, com Sevilla Guzman (2012), ao afirmar que é necessário o questionamento e a redefinição prática e ativa das relações de poder dentro do sistema agroalimentar. Um questionamento que seja a favor, simultaneamente, dos produtores e consumidores. Porém, para encurtar a cadeia de

distribuição, é necessário a construção de outras relações sociais entre agentes do campo e da cidade.

A partir desses princípios, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na região de Campinas, um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) foi realizado em três áreas acompanhadas pelo movimento. O diagnóstico teve como objetivo levantar as principais dificuldades e desafios da produção e escoamento de alimentos.

Essa primeira ação culminou em reuniões e articulações com o intuito de pensar alternativas de escoamento da produção em duas áreas, do assentamento Milton Santos, localizado na cidade de Americana e do acampamento Elizabeth Teixeira, em Limeira. Assim, mapeamos possíveis parceiros com o intuito de construção de um mercado alternativo de distribuição de alimentos advindos da reforma agrária.

Há uma série de implicações na dominação territorial de grandes redes de mercados, que monopolizam a distribuição de produtos alimentícios, prejudicando diretamente o camponês. Esse processo reflete drasticamente no cotidiano do campesinato, sobretudo o camponês sem-terra, pela sua característica heterogênea no que diz respeito a peculiaridade de diferentes perfis e trajetórias de vida. Muitos são os casos dos que saem da área agrícola para vender suas forças de trabalho nas cidades ao entorno do assentamento/acampamento, e em sua maioria são subempregos precarizados.

A partir desses desafios, duas iniciativas de venda direta por meio dos Circuitos Curtos de Comercialização, denominados de “grupos de consumo” foram criadas. Um grupo de assentados e assentadas do Assentamento Milton Santos, vinculados à Cooperflora e outro coletivo de agricultores do acampamento Elizabeth Teixeira. Assim, dialogaremos nesse trabalho sobre a experiência de venda direta na conformação do grupo de consumo e organização dos produtores e consumidores vinculados ao acampamento Elizabeth Teixeira.

A construção do Território camponês: o acampamento Elizabeth Teixeira

Em meio às jornadas de lutas do “Abril Vermelho” em 2007, realizadas nacionalmente, cerca de duzentos trabalhadores sem-terra ocuparam a área da malha ferroviária da antiga Fepasa pertencente a União, localizada no município de Limeira, São Paulo. A ocupação, em forma de acampamento, resiste até a atualidade e está estabelecida em uma área de horto, intitulada de “Horto Florestal Tatu”. Organizada pelo Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), o acampamento Elizabeth Teixeira é composto atualmente por cerca de cem famílias cadastradas e completou seus dez anos de existência e resistência neste ano de 2017.

Com o passar dos anos, a lona preta foi substituída por barracos de madeira, e umas poucas casas de alvenaria. A transformação do espaço pelo tempo de ocupação é nítida, e pode-se observar a diversidade de cultivos agrícolas, árvores, flores, plantas medicinais, animais, entre outras.

Nesse sentido, concordamos com Raffestin (1993) ao dizer que o espaço é anterior ao território, e que este se forma a partir do espaço. Ao se apropriar desse espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço.

Ao ocuparem um espaço, nessa dinâmica territorial, diversas relações sociais são estabelecidas e transformadas na medida em que o território se transforma cotidianamente, concretamente e abstratamente na construção de relações e trocas. No caso de uma ocupação de terra, a transformação se dá fisicamente, primeiro por meio dos simbólicos barracos, e logo a transformação do espaço em território camponês pela implantação dos primeiros cultivos agrícolas, como as mandiocas, milho, abóboras. A territorialização ocorre também abstratamente, a partir da construção das relações sociais e culturais que ali serão estabelecidas.

Nesse processo de transformação, as famílias acampadas foram divididas em lotes de um hectare em média. Esse loteamento foi feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passando assim para o status de pré-assentamento. Porém, esse território ocupado pelos sem-terra, apesar de ser área Federal, é extremamente disputado pelo governo municipal, o que trava o avanço da regularização da área. E por conta da licença ambiental, o pré-assentamento retrocedeu seu status para acampamento rural o qual permanece até os dias de hoje.

O acampamento está localizado em um eixo de grande movimentação da Rodovia Anhanguera, ligando Limeira à Campinas e à capital paulista. Essa localização dificulta a legalização fundiária, na medida em que a área está sob alvo de disputa constante pela especulação imobiliária e por interesses da prefeitura de Limeira. Os moradores e moradoras do acampamento são marginalizados por grande parte da cidade, e o estereótipo dos sem-terra

é reforçado pelo noticiário hostil, relatando as ações “anticivilizatórias dos bárbaros sem-terra” para a comunidade Limeirense.

Porém, apesar desses impasses, o trabalho na roça segue sendo a principal forma de sustento de boa parte dessas famílias acampadas, expressando suas territorialidades em relação a terra, técnicas e culturas produtivas de cultivos agrícolas. A produção de alimentos segue sendo o alicerce para realização da reforma agrária, e os sem-terra se territorializam assim que erguem seus barracos e cultivam alimentos na área ocupada.

Esses produtos agrícolas eram escoados por meio das políticas públicas de comercialização de alimentos advindos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Enquanto programa, o quase extinto PAA, pertencia ao antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e tinha como finalidade garantir a alimentação saudável para entidades da rede socioassistencial e escolas públicas, por meio da compra de alimentos produzidos no acampamento.

Apesar de inúmeras dificuldades na gestão dessa política, assim como atrasos de pagamentos, excesso de burocracias para acessar e administrar, ao longo dos anos, ela se tornou determinante para o escoamento de produtos advindos da agricultura camponesa. Sobretudo de áreas destinadas a reforma agrária, garantindo um recurso mínimo para subsistência, principalmente nas áreas de acampamentos rurais onde há precariedade e pauperização na dinâmica de vida instalada. Uma área em processo de regularização está totalmente invisível perante a direitos e acessos legais, toda conquista mínima, a exemplo do transporte fornecido pela prefeitura para as crianças frequentarem a escola, o abastecimento de água por meio caminhões pipas municipais, são conquistas a base de muita organização e enfrentamento.

Dado o enfraquecimento dessas políticas de comercialização, a partir da queda do governo Dilma Roussef em 2016, temos observado um aumento significativo das dificuldades encontradas pelos agricultores e agricultoras para escoarem seus produtos produzidos. De acordo com a dinâmica dos grandes mercados no sistema alimentar, pequenos agricultores são automaticamente excluídos das grandes redes supermercadistas nas cidades, e dependem quase que exclusivamente do Estado para garantir a venda do excedente produtivo. A alternativa encontrada para driblar essa dificuldade seu deu por meio da criação do grupo de

consumo e atualmente vem sendo uma das principais formas de escoamento da produção do coletivo de produtores do acampamento.

Regionalização da alimentação: circuitos curtos de comercialização

Mediante aos desafios expostos até o momento, no ano de 2016, foi realizado o mapeamento e levantamento de possibilidades de escoamento de parte da produção de alimentos produzidos no acampamento Elizabeth Teixeira na cidade de Limeira. Foi pensado inicialmente em organizar uma grande feira da agricultura camponesa e familiar no município, assim, seria possível divulgar toda diversidade produtiva do acampamento.

Após reuniões em diversos setores na cidade com representantes e com a coordenação do movimento no acampamento, foi encaminhado que seria interessante a entrega semanal de produtos cultivados. O público consumidor foi estabelecido pelo grupo intitulado de “Parceiros do Elizabeth”, coletivo de apoiadores advindos de diversos setores da sociedade civil, e que desenvolvem atividades na área, especialmente com as crianças.

Assim, formações com consumidores e também com os agricultores interessados, foram realizadas sobre a temática principal de sistemas agroalimentares. Nessas formações, foram discutidas os circuitos alimentares e o trajeto nas cadeias dos alimentos. Esses espaços tinham como objetivos refletir sobre a base da nossa alimentação diária e sobre de onde vem esses alimentos.

O consumo de produtos frescos e produzidos localmente tem sido cada vez menos frequentes em certos locais, sobretudo onde a malha urbana é predominante. A padronização da dieta alimentar pelo aumento da oferta dos produtos processados, tem afetado a cultura de diversos povos. Os hábitos alimentares e de produção de alimentos passam a ser substituídos por produtos processados e industrializados (COCA, 2016). Além de toda a perversidade sobre o campesinato em relação às suas tradições e culturas, esse movimento globalizado em torno da alimentação afeta diretamente a saúde e a própria dinâmica de vida.

Sendo assim, em outubro de 2016, cerca de trinta pessoas iniciaram a compra direta de itens alimentares advindos de dez agricultores e agricultoras do acampamento Elizabeth Teixeira. O intitulado “grupo de consumo”, conta em sua organicidade, parceiros que voluntariamente atuam para a gestão e funcionamento do grupo. Sendo assim, as agricultoras

e agricultores se reúnem semanalmente para discutir questões interna de funcionamento do grupo e realizar a divisão de produtos que cada agricultor deverá entregar na próxima semana. Mediante uma cota semanal para cada agricultor, a indicação é, quanto mais diversidade na entrega, melhor. O formato escolhido tanto pelos consumidores, quanto pelos agricultores, é o de uma feirinha com pagamento adiantado. O que intitulamos de “sacolão”, assim, os consumidores a cada início de um ciclo de quatro entregas, pagam entre R\$40,00 a R\$60,00 por mês para retirar uma cota semanal em alimentos da reforma agrária.

É importante ressaltar que, cada iniciativa de canais curtos de comercialização apresenta características de acordo com o território que ela ocupa, assim, de acordo com Sevilla Guzmán,(2012), que é necessário compreender a dialética interna desses circuitos alternativos, a partir dos distintos casos e em seus distintos territórios. As motivações para criação de canais alternativos necessitam ser uma via de mão dupla, na medida em que os dois lados se beneficiem desse processo. O agricultor pela venda garantida e o consumidor por acessar alimentos limpos e saudáveis por um preço acessível, ou seja, trata-se da criação de um espaço que coincide em um encontro de satisfações.

Para que essa relação simultânea entre agricultor possa acontecer é necessário um olhar dialético e uma série de compreensões do cotidiano da gestão do grupo. Um dos primeiros pontos a ser destacado é a sazonalidade de produção de cada alimento. A dinâmica da produção de base agroecológica se constitui conforme a época de cada produto, assim, o consumidor passa a compreender a temporalidade da produção e passa a consumir alimentos de acordo com cada época. O que se tem observado nesse processo é a diversidade de receitas e preparos que um alimento pode ter e a percepção de consumidores em relação aos meios de vida do camponês.

O autor Sevilla Guzmán, (2012), ainda aponta três caminhos para a construção de canais curtos de comercialização a partir de três dialéticas: uma cultural, aonde valores e racionalidades definem as finalidades; uma dialética organizativa que é basicamente as formas concretas de organização e relação com os agentes, e uma terceira e última seria o sistema de manejo da biodiversidade, o desenho de agroecossistemas, que apontam para a forma de produção agroecológica.

Tendo essas três dimensões em vista, dialogaremos com alguns pontos observados na prática do cotidiano nesse processo de regionalização da alimentação entre cidade e área de reforma agrária.

Na dialética cultural, o autor aponta que é dada como referências, os valores que levam a construir canais alternativos, refletindo diretamente em racionalidades mercantis economicistas de comercialização. Sendo assim, a lógica economicista busca extrair ao máximo o lucro e o benefício empresarial, e o valor de consumo é construído de maneira prioritária às necessidades básicas aos consumidores. Para consolidação de uma outra forma de consumo é necessário mudar forma de viver esse processo, aí a necessidade dialética entre produtores e consumidores, dada a complexidade de relações e motivações, porém culminam em objetivos em comum, que é o caso da desmercantilização do alimento e da alimentação, é necessário compreender o que o alimento não é mercadoria.

A desmercantilização do alimento parte da desconstrução da visão individualista e economicista, na qual se prioriza somente valor e quantidade de produtos que serão distribuídos, assim como a discussão da viabilidade financeira da venda do produto agroecológico ao convencional. Essa é uma visão reducionista de todo o processo de resistência camponesa e de seus meios de vida em relação à terra e à produção de alimentos. Não é uma mera integração ao mercado para esses camponeses.

No que diz respeito a segunda dialética proposto por Sevilla Guzmán (2012), parte de formas organizativas concretas de contradições aos sistemas convencionais de distribuição de alimentos. Assim, primeiramente destaca o princípio da horizontalidade das relações, é importante que os agricultores conheçam os consumidores, estabelecendo assim, uma relação de confiança. Na atual dinâmica do grupo de consumo, toda entrega há ao menos dois agricultores que acompanham esse procedimento, além de construir relações de confiança, há o princípio do consumidor conhecer quem planta a sua comida, além das trocas de experiências proporcionadas, a exemplo da socialização de receitas e preparos com determinados produtos.

Outro ponto importante da organização do grupo, presente na segunda dialética, é a quebra das cadeias, não faz sentido o alimento ser transportado de territórios tão distantes se parte do que é consumido localmente são produzidos ali. Esse é um procedimento custoso, e quem sai perdendo em primeiro lugar são agricultores, que estão reféns de atravessadores. No grupo, os acordos coletivos partem do princípio que não há atravessadores no processo, o que mantém o preço e o valor acessível para todos consumidores a um preço justo para o camponês.

A terceira e última dialética trata dos desafios materiais no processo da construção dos canais de comercialização. Tendo em vista toda as complexidades materiais e imateriais no cotidiano de um acampamento, são muitos os desafios para manutenção da diversidade dos agroecossistemas. Tendo em vista as restrições em relação a acesso à água para irrigação das culturas, também há dificuldades financeiras em acessar mudas, sementes e adubos. Apesar de manter um certo equilíbrio entre culturas agrícolas, o grupo de consumo, pela questão territorial e climática não produzirá todos os alimentos que o mercado convencional agrega em um só espaço.

Apesar das dificuldades citadas, a proposta de autorganização do grupo para produzir e vender coletivamente tem incentivado a transição agroecológica nos lotes, para interação do agroecossistema local. Tendo a Agroecologia como pilar essencial nesse processo, oficinas temáticas de acordo com as demandas das agricultoras e agricultores foram iniciadas para auxiliar no processo técnico da produção. Sendo assim, a primeira oficina teve como eixo estrutural o manejo e equilíbrio do solo a partir de estratégias endógenas no lote e exógenas no uso do esterco animal e a produção de biofertilizante natural.

Também faz parte dessa dialética a proximidade física, relacional e cultural que essa forma de consumo envolve. Tendo em vista que, a própria dinâmica do grupo de consumo aponta para mudanças nas relações sociais na medida que incentiva os princípios de cooperação e solidariedade.

O compromisso é um fator importante de ambas as partes, tanto do agricultor, que envia o produto limpo e de acordo a quantidade do valor estabelecido na cota semanal, tanto para o consumidor, pela fidelidade do pagamento e retirada dos produtos e em relação a horários da entrega. O ponto de retirada esta localizado na casa de uma das apoiadoras do acampamento e que atua diretamente para manutenção e existência do grupo de consumo. Esse coletivo de apoiadoras é o que chamamos de “grupo de trabalho” do grupo de consumo, e é composto por cerca de cinco pessoas que revezam semanalmente para receber os alimentos, preparar o espaço, pesar e realizar a limpeza após as retiradas.

Por ser próxima a Universidade, o público consumidor é em sua maioria estudante, o que dificulta a entrega constante na medida que em período de férias, há uma baixa significativamente de consumidores. Porém, apesar dos períodos de recesso, tem se estimulado a mudança de hábitos alimentares dos estudantes, pois é um incentivo para cozinhar suas próprias comidas e acessar alimentos diferenciados do convencional.

O espaço tem se tornando importante para a construção de novas relações sociais, seja ela em relação aos camponeses sem-terra da região, seja em relação ao acesso a “novos velhos” produtos alimentícios, os quais foram saindo da cultura alimentar diária. Podemos citar entre os alimentos não convencionais entregues, a taioba, coração da bananeira, geleia de roseta ou vinagreira, farinha de araruta, banana-verde, ora-pro-nóbis, etc. Além das plantas para chás e uso medicinal que estão na feirinha toda semana como o capim limão, melissa, hortelã, raiz da salsinha para uso medicinal. E os temperos de forma geral, loro, colorau, manjeriço, cheiro-verde, o alho nirá, orégano in natura, e outros.

A mudança dos hábitos alimentares está associado ao acesso aos tipos de alimentos. Muitas espécies que hoje fazem parte da dinâmica de entrega e estão presentes semanalmente na vida dos consumidores do grupo de consumo, estão parcialmente ou totalmente invisíveis nas prateleiras dos supermercados. Foi e é necessário todo o processo de transformação para consumir certos alimentos, tendo em vista o próprio desenvolvimento do paladar ao consumir determinados produtos. Muito do que se é plantado num lote de um agricultor não é comercializável em um sistema convencional de venda. É necessário dedicação e empenho para aos poucos sair do “novo”, o industrializado, para voltar ao “velho”. Assim, adotar “novos velhos” hábitos de vida requer posicionamento político e acreditar que a transformação social também está no apoio na manutenção e sobrevivência do camponês e seus meios de vida.

Essa é uma iniciativa que dialoga diretamente com os pilares da Soberania Alimentar em sua multiescalaridade, pela proposta de autonomia do abastecimento através da agricultura camponesa. É perceptível visualizar mudanças significativas no cotidiano desses agricultores por meio da organização social e coletiva, apesar de ser uma experiência inicial e pequena, tem sido a luz para a transição agroecológica dessas áreas de reforma agrária.

Conclusões

O presente trabalho buscou analisar uma iniciativa, ainda recente, de ações vinculadas ao princípio da Soberania Alimentar e da Agroecologia na construção de um território camponês. São muitas as dificuldades em sobreviver no campo e do campo, em meio a todo processo de globalização e avanços das políticas neoliberais.

O agronegócio e as grandes corporações, que dominam grande parte do território nacional, vem construindo um cenário no meio rural devastador para o campesinato e ao

meio ambiente. Os circuitos curtos de comercialização são iniciativas, que buscam estreitar as relações entre campo e o urbano pela aliança de classe e apoio mútuo na busca de autonomia do que plantar, aonde, como produzir e o que consumir e de qual lugar.

Porém, de nenhuma forma é descartada a importância das políticas públicas de comercialização e assistência técnica apropriada para uma produção agroecológica. Assim, a atual experiência em Limeira, vem demonstrando o quão possível e importante obter uma alimentação apropriada nas cidades por meio da compra de produtos agrícolas nos territórios camponeses próximos aos centros urbano.

Apesar do pouco tempo de início da venda direta por meio do grupo de consumo, podemos observar mudanças na organização social e cooperativa desse coletivo de produtores do acampamento. Assim como é possível observar, na dinâmica do cultivo agrícola, o incentivo na promoção da adoção de práticas agroecológicas no cotidiano desses agricultores e agricultoras.

Os circuitos curtos de comercialização tem o potencial de desenvolver o território de maneira endógena, respeitando os meios de vida do camponês. Apesar das dificuldades de sobrevivência diária, acampados que lutam por uma reforma agrária digna seguem reivindicando direitos da viver na terra e da terra.

Referencias Bibliográficas

WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. **The Origins & Potential of Food Sovereignty**. In: WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. (eds.), Food sovereignty. Re-connecting food, nature and community. Oakland CA: Food First, 2010. P.1-14.

ROSSET, P. M. Mirando hacia el futuro: La Reforma Agraria y la Soberanía Alimentaria. **AREAS: Revista Internacional de Ciencias Sociales**. La cuestión agraria: de los ilustrados a la globalización, n. 26, p.167 – 182, 2007.

SEVILLA GUZMÁN, E.; MONTIEL, M. S.; HERNÁNDEZ, D. G.; SÁNCHEZ, I. V.; COLLADO, A. C. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces: Sevilla, IFO 14, p.164, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo, Ed. Atica, 1993.

COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil : o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria**



Canada (F2CC). 2016. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.